



Judicialização da Saúde: análise da jurisprudência do TJMG sobre plano de saúde e o convênio NATS

Adriano da Silva Ribeiro¹
Jessica Sérgio Miranda²
Sérgio Henriques Zandona Freitas³

Programa de Pós-Graduação 'Stricto Sensu' em Direito da FUMEC

Resumo:

Introdução: Para prestação de serviços de suporte técnico médico, em fevereiro de 2014, foi assinado convênio entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Instituto Brasileiro para Estudo e Desenvolvimento do Setor de Saúde (Ibedess), a Cooperativa de Trabalho dos Médicos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais e o Núcleo de Avaliações de Tecnologias em Saúde (NATS). O mencionado convênio objetiva a elaboração de documentos técnicos da área de saúde para auxiliar os magistrados na formação de um juízo de valor quando da apreciação de questões clínicas apresentadas em ações judiciais envolvendo a assistência à saúde.

Objetivo: Deste modo, pretende-se analisar a jurisprudência, no período de 2016 a 2018, das Câmaras Cíveis de Direito Privado do TJMG, a fim de verificar se a Nota Técnica emitida pelo NATS prevalece sobre o laudo médico. **Metodologia:** Nesta pesquisa será realizada análise jurídico-comparativa, com método dedutivo, sob a fundamentação da doutrina, legislação vigente e jurisprudencial do TJMG, bem como o convênio do NATS. **Resultados e Discussão:** A pesquisa pautar-se-á pela análise da aplicação das Notas Técnicas emitidas pelo NAT's e questões que versam tanto sobre a aplicação do direito positivo quanto às discussões relacionadas à medicina. Assim, necessária ação criteriosa do Judiciário no que tange ao ativismo judicial, bem como a utilização das informações técnicas contidas no documento do NATS, de caráter geral e, portanto, às vezes, não têm relação com o caso concretamente analisado. **Conclusão:** Nesse contexto, cabe ao magistrado, observado o disposto no art. 93, IX, da CR/88, analisar todas as informações colacionadas aos autos, dentre estas as Notas Técnicas do NATS e laudo(s) médico(s) no conjunto probatório com a mesma força do seu convencimento.

Palavras-chave: Judicialização da saúde; Plano de Saúde; Tutela de urgência; Processo civil; Convênio NATS.

¹ Graduado em Direito pela PUC Minas. Mestrando em Direito pela FUMEC. adrianoribeiro@yahoo.com

² Graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos. Mestrando em Direito pela FUMEC. jessicaserio500@gmail.com

³ Doutor PPGD Universidade FUMEC. Pós-Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal. Coord. Instituto Mineiro de Direito Processual – IMPD. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde (FCH), Universidade FUMEC, Belo Horizonte. sergiohzhf@fumec.br